



Semana
Viva

Boletim do
Gabinete da
Deputada Federal
Jandira Feghali -
PCdoB-RJ

Brasília, 24 de novembro de 1993

nº 32 - Ano 3

Corrupção e Falência do Estado

A nossa opinião sempre foi clara: as elites conservadoras e excludentes pretendem acelerar a implantação do projeto neoliberal, institucionalizando-o com o golpe da Revisão Constitucional.

Nem mesmo as estarrecedoras denúncias de corrupção na Comissão de Orçamento do Congresso Nacional, envolvendo parlamentares, ministros e governadores - praticamente todos dos chamados grandes partidos, tais como PMDB, PPR (ex-PDS) e PFL - evitam a sanha golpista. São os grandes interesses do capital internacional esmagando, como de praxe, qualquer resíduo de ética na busca desenfreada de sua única e exclusiva finalidade: o lucro, a qualquer preço. Literalmente, qualquer preço. A CPI do Orçamento é o prosseguimento da CPI do PC Farias, do impeachment

do farsesco ex-presidente, do movimento pela ética na política. O motivo não é outro: o roubo descarado do dinheiro público. Contudo, parece-nos que esta CPI é a mais importante por revelar a estrutura de poder do Estado brasileiro.

No momento em que se espalha pelos quatro cantos a falência do Estado como agente do desenvolvimento social, vê-se, de forma cristalina, que o Estado está falido porque deixou, se é que o foi algum dia em nossa História, de ser público. Não passa de um instrumento destinado a favorecer os interesses privados, e os seus recursos são inacreditavelmente desviados, num grande conluio de parcela significativa das classes dominantes, do setor público (saúde, educação, habitação, saneamento básico, estatais, ciência e tecnologia etc.) para

a área privada. A República - a "res pública", a "coisa pública" é no Brasil "res privada", "coisa privada" - nas mãos gananciosas de uma elite inescrupulosa e insaciável.

Sendo continuação de um processo de moralização da vida pública, a experiência demonstra a necessidade da mobilização popular. Os parlamentares comprometidos tão somente com a causa da libertação do povo brasileiro, de mãos limpas como a grande maioria da população, precisam do respaldo das ruas na exigência de punição aos culpados e profundas mudanças estruturais no País, uma real democratização do poder político na sociedade brasileira.

Pela ética na política! Pela punição aos corruptos! Por um Estado público e democrático!

Jandira na CPI do Orçamento

A deputada Jandira Feghali integra a Subcomissão de Subvenções Sociais da CPI que investiga as denúncias de corrupção no Orçamento da União.

A Subcomissão tem por objetivos investigar se as entidades que receberam dinheiro público através das subvenções sociais realmente existem e se estão legalmente registradas, como também conferir os recursos públicos a elas destinados, quanto chegou e como foi aplicado.

A Subcomissão de Subvenções Sociais da CPI do Orçamento é uma das mais importantes, pois a criação de entidades fantasmas é um dos principais caminhos utilizados para receber os recursos da União.

Entidades sob suspeita

Como parte dos trabalhos da Subcomissão de Subvenções sociais da CPI do Orçamento, a deputada Jandira Feghali fez um levantamento das principais entidades do Rio de Janeiro que receberam recursos de Subvenções sociais entre 1989 e 1992. Pela pesquisa da deputada, somente 16 entidades fluminenses receberam US\$ 61,5 milhões, o equivalente a um terço das verbas repassadas a todo o país. A entidades que mais recursos recebeu foi a Confederação Brasileira de Serviços Evangélicos, beneficiada com US\$ 3,4 milhões em quatro anos. Para a deputada Jandira Feghali "enquanto a saúde e a educação públicas vivem uma grande crise, as instituições privadas recebem um volume milionário de recursos do Orçamento da União e ainda cobram mensalidades cada vez mais escorchantes. Essas entidades ditas filantrópicas são, na verdade, institui-

ções privadas de ensino e de saúde". Veja a seguir a lista das principais entidades e o total de recursos recebidos de 1989 a 1992.

- ☐ Confederação Brasileira de Serviços de Assistência Social Evangélicos - US\$ 3,4 milhões.
- ☐ Hospital Escola São José - US\$ 3,1 milhões.
- ☐ Faculdades Integradas Augusto Motta - US\$ 2,6 milhões.
- ☐ Sociedade Barramansense de Ensino Superior - US\$ 2,1 milhões.
- ☐ Associação Fluminense de Educação - US\$ 2 milhões.
- ☐ Associação Promotora de Evangelismo - US\$ 1,8 milhão.
- ☐ Associação Educacional Caxiense - US\$ 1,7 milhão.
- ☐ Sociedade de Ensino Superior de Nova Iguaçu - US\$ 1,678 milhão.
- ☐ Soc. Unificada de Ensino Superior Augusto Motta - US\$ 1,642 milhão.
- ☐ Ordem dos Ministros Evangélicos - US\$ 1,5 milhão.



Para as ruas

A população brasileira, já revoltada com a fome, o desemprego, inflação e a falta de saúde, começa também a ficar indignada com a lama corruptora. Manifestações pela ética e a moralidade pública começam a pipocar em todo país, visando impedir que os políticos de mãos sujas da corrupção toquem na Constituição. A experiência do impeachment de Collor mostrou que somente uma ampla campanha e com a opinião pública galvanizada é que possibilitará a punição aos assaltantes dos cofres públicos.

Aposentadoria especial

Depois de muitos debates, negociações e aperfeiçoamento no texto, a Comissão de Seguridade Social da Câmara aprovou o Projeto de Lei que define os critérios para a concessão de aposentadoria especial, de autoria do Poder Executivo. O texto aprovado na Comissão corresponde ao substitutivo apresentado pelo relator da matéria, deputado Euler Ribeiro (PMDB/AM). A deputada Jandira Feghali apresentou diversas emendas ao Projeto, no sentido de beneficiar outras importantes categorias não contempladas, como na área dos eletricitários e dos mergulhadores, e também no sentido de retirar incorreções quanto à previdência e à liberdade sindical, que contrariavam dispositivos já previstos em lei. O projeto de lei que concede aposentadoria especial aos artistas circenses, bailarinos e cantores líricos, de autoria da deputada Jandira, está apensado ao projeto do Executivo, e não está contemplado no substitutivo apresentado pelo deputado Euler Ribeiro. Seguindo sua tramitação, o projeto do Executivo vai à Comissão de Trabalho, onde Jandira tentará desapensar seu projeto para que tenha tramitação independente, resgatando as propostas de importância fundamental para os artistas especificados no projeto.

Convenção Nacional do PCdoB

Realizada no dia 14 de novembro, no Plenário da Câmara dos Deputados, a Convenção Nacional do PCdoB. Com essa etapa exigida pela Justiça Eleitoral, o PCdoB conquista definitivamente o seu registro. Delegações de todo o Brasil estiveram presentes, juntamente com representantes de diversos partidos com presença no Congresso Nacional, como PT, PDT, PSDB e entidades como UNE, CUT e Contag. Também estiveram presentes representantes da OLP e das Embaixadas de Cuba e da China. Essa Convenção, além do registro definitivo do PCdoB, é também a conclusão de uma exitosa campanha de filiação, de propaganda partidária e de enraizamento maior do partido em diversas regiões do País.

Demitidos

Está em tramitação na Câmara dos Deputados o Projeto de Lei do Governo Itamar que dispõe sobre a reintegração dos demitidos do Governo Collor. A proposta é bastante restrita, pois a reintegração centraliza-se apenas nos demitidos por motivação política e naqueles que eram sindicalistas, o que abrange um número muito menor do que os que realmente foram demitidos injustamente. As deputadas Jandira Feghali (PCdoB/RJ) e Maria Laura (PT/DF), mais o relator da matéria na Comissão de Trabalho, deputado Jabes Ribeiro (PSDB/BA), juntamente com o Comando Nacional dos Demitidos, estão elaborando um projeto substitutivo ao do Governo Federal, no sentido de que sejam alcançados pela reintegração todos os afastados pelo desastroso Governo Collor. A deputada Jandira considera que "essa é uma luta desigual e que, portanto, deve contar com a participação de todas as entidades ligadas aos servidores públicos".

Jandira contra terceirização

Sexta-feira, 12 de novembro, o ministro da Saúde, Henrique Santillo, assinou convênio repassando recursos federais diretamente para a cidade do Rio de Janeiro, em regime de co-gestão. O dinheiro vai ser usado no gerenciamento dos hospitais federais do município. Outros convênios, para a aquisição de equipamentos, construção e reforma de ambulatórios, foram firmados entre o Ministério e instituições de saúde. Na assinatura do convênio, diante de prefeitos e representantes de entidades, a deputada Jandira Feghali protestou contra um item do texto, que fere o acordo estabelecido com o Ministério: a política de recursos humanos, que estabelece a terceirização da mão-de-obra no lugar da contratação dos concursados. Jandira afirmou que não legitima e não aceita a forma como está no texto, que precisa ser modificado. "Queremos alertar que esta atitude abre uma nova forma de contratação no município, excluindo os concursados que há muito tempo esperam a convocação". Jandira também participou da assinatura do convênio para a reabilitação do Hospital da Posse, em Nova Iguaçu.

Encontro da Anfip

Realizado no Rio de Janeiro no dia 05 de novembro, o Encontro Estadual dos Fiscais da Previdência. O Encontro foi todo pautado na defesa da previdência pública e contra a reforma que vem sendo anunciada por setores do Governo Federal, e por entidades privadas. A deputada Jandira Feghali esteve em uma das plenárias e denunciou o lobby das seguradoras privadas, que estão numa campanha milionária pela privatização da previdência. Para a deputada "a reforma da previdência, na forma como vem sendo proposta, vai beneficiar somente os grandes grupos da previdência privada".

Apuração e punição aos corruptos do Congresso

A nação brasileira está estarrecida com as graves denúncias de corrupção na Comissão de Orçamento do Congresso Nacional, envolvendo dezenas de parlamentares, ministros e governadores em fatos que abalam a credibilidade do Poder Legislativo e do processo político brasileiro.

O Congresso Nacional é uma instituição indispensável à democracia e precisa ser depurado, passado a limpo, investigando todas as denúncias.

Temos uma posição clara de integral apoio à CPI recém-instalada e exigimos, como no impeachment de Collor, a apuração total das denúncias de roubo do dinheiro público. O Ministério Público e o Tribunal de Contas da União devem dar acompanhamento efetivo aos trabalhos da CPI mantendo-se vigilante quanto a possíveis tramóias contra as investigações.

As presentes denúncias reforçam nossa posição contra a revisão constitucional, na medida em que, somadas ao golpe de traição que envolve bilhões de dólares com a privatização da Petrobrás, das telecomunicações e do subsolo, estão em discussão elementos básicos da ética e da moralidade na gestão da coisa pública.

Desta forma, o Partido Comunista do Brasil, PCdoB, tão logo tomou conhecimento das denúncias, apresentou uma emenda ao projeto de Regimento Interno propondo a suspensão dos trabalhos da Revisão Constitucional até a conclusão das apurações pela CPI e punição dos culpados. É hora de retomar a luta!

Pela ética na política! Punição aos corruptos!.

Deputada Federal

**Jandira
Feghali**



PCdoB-RJ



✉ **Correspondência:** Gabinete 443 - Anexo IV
Câmara dos Deputados - Brasília - CEP. 70.160-900
Telefone: (061) 318-5443 - Fax: (061) 318-2443
Endereço no Rio de Janeiro: Av Treze de Maio, 33 sala
1.601 - Centro - CEP. 20.031-000 - tel: (021) 240-1480
Fax: (021) 532-4148

O golpe da revisão

Em nome da já desmoralizada “nova ordem mundial”, setores aliados ao capital internacional, e dele dependentes, pretendem acelerar o processo de abertura total da economia, com a liquidação do monopólio estatal do petróleo, a entrega absurda da exploração de nossas riquezas minerais às empresas estrangeiras, a privatização da Petrobrás e da Companhia Vale do Rio Doce, além do vital setor de telecomunicações. Esses setores fecham os olhos ao quadro de degradação econômico-social e insistem na implementação do denominado projeto neoliberal.

As classes conservadoras necessitam modificar e solapar os avanços obtidos na Constituição de 1988, derogando os dispositivos econômicos e sociais que barram o caminho de seus interesses particulares. De roldão, ainda querem golpear as conquistas sociais, tais como a estabilidade dos servidores, o piso salarial, a aposentadoria, a jornada de trabalho, a licença-maternidade, 1/3 de férias, entre outras. E mais: querem impor reformas políticas e eleitorais que restrinjam a participação dos trabalhadores na vida política.

As elites querem reescrever a Constituição com um quórum não qualificado, em turno único e a toque de caixa: um golpe ilegal, ilegítimo e inaceitável.

A Constituição pode ser alterada, aperfeiçoada, mas somente da forma como ela própria prevê: através de Emendas Constitucionais, que necessitam de três quintos dos votos dos deputados e senadores, em dois turnos, para serem aprovadas.

O movimento contra a revisão está sendo apoiado pela CNBB, OAB, CUT, CGT, UNE, UBM, PCdoB, PT, PDT, PSB e personalidades de destaque como Barbosa Lima Sobrinho, Osny Duarte Pereira, Raymundo Faoro, Marcelo Lavenère e outros.

Os setores conservadores ainda querem impor um Regimento Interno autoritário e elitista, concentrando-se as decisões nas mãos dos grandes partidos, excluindo-se o direito de manifestação das minorias, o que fere a democracia e bem demonstra a verdadeira face da revisão.